

Medidas alteram campanha de FH

Para aliados, mudanças no programa de governo e de TV não vão abalar popularidade

Maria Lima, Catia Seabra e
Adriana Vasconcelos

BRASÍLIA

Um conjunto de medidas fiscais anunciado ontem pela equipe econômica vai promover uma reviravolta na campanha e no programa de governo do candidato Fernando Henrique Cardoso. Logo depois do anúncio feito pela equipe econômica, o presidente entrou no estúdio para regravar o programa que seria apresentado na TV à noite, para explicar que o dia-a-dia do brasileiro comum não seria afetado. Pesquisas qualitativas feitas diariamente pela campanha indicaram que a popularidade do candidato não seria abalada pelo aperto nas contas públicas, o que tranqüilizou o comando da campanha. Após gravar o programa, Fernando Henrique passou a ligar para líderes aliados para pedir apoio e solicitar que se mobilizem para aprovar as medidas a partir de outubro.

Segundo o líder do PSDB, Aécio Neves (MG), o presidente informou-lhe que em nenhum estado seu desempenho eleitoral sofreu impacto negativo por causa do aperto nos gastos públicos. Em Minas, por exemplo, teria até melhorado, segundo as pesquisas instantâneas realizadas em todo país.

— Grande parte da minha credibilidade está baseada na expectativa dos eleitores de que eu sou capaz de tomar as medidas seguras para defender o país. Independentemente da campanha, se amanhã for necessário, agimos novamente. O cenário financeiro mundial é extremamente delicado e os próximos seis meses serão vitais para que possamos mostrar que somos um país diferente dos outros — disse o presidente a Aécio.

Programa de governo também deverá mudar

Integrantes do comando da campanha em Brasília admitiram que o programa de governo deverá sofrer ajustes, e que detalhes das mudanças no cenário econômico podem ser enfocados nos programas de rádio e TV para que os eleitores entendam a sua necessidade e alcance. O corte vai afetar, primeiramente, a previsão de crescimento de 3% a 4% para os próximos quatro anos, como anunciou o presidente ao apresentar sua proposta de programa de governo, na última semana.

— As metas do programa de governo não são estáticas, podem sofrer ajustes. Mas o presidente Fernando Henrique não está pautando suas ações pelo que convém à campanha, mas de acordo com os interesses nacionais. Mesmo que o comando da campanha se preocupasse com os reflexos negativos, as medidas seriam tomadas do mesmo jeito — explicou o coordenador político da campanha, Euclides Scalco, confirmando que os riscos foram calculados e que nenhuma turbulência maior deveria afetar os caminhos do candidato.

Os estrategistas da campanha acreditam que o presidente não perderá votos, mesmo com a nova elevação dos juros, e estará esvaziando o discurso da oposição de que o Governo seria omisso e estaria escondendo a crise econômica por causa das eleições.

— Tudo o que for feito para resguardar o Real é positivo. O presidente continua governando e isso é o mais importante dentro da campanha. Fernando Henrique está mostrando ao país que não tem medo da crise nem hesita em tomar as medidas necessárias — observa um dos coordenadores da campanha da reeleição.

Programa de TV vai explicar que medidas não vão mexer no bolso

Diante das investidas do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que acusou o presidente de omissão no enfrentamento da crise, os coordenadores da campanha concluíram que era melhor sair para o ataque. Agora, os marqueteiros vão refazer programas para fazer o povo entender melhor as medidas, e deixar claro que elas não afetam diretamente seu bolso. A idéia agora é mostrar que Fernando Henrique não é um “presidente frouxo”.

— Toda vez que o Governo se mostrou fraco diante de determinada situação, a popularidade do presidente caiu. Foi assim quando o ministro Kandir deixou membros do MST invadirem seu gabinete e botar um peru em cima da mesa — explicou um dos coordenadores da campanha, satisfeito com o resultado das pesquisas.

O coordenador do programa de governo, Carlos Américo Pacheco, disse



Roberto Stuckert Filho

SCALCO: “O PRESIDENTE não está pautando suas ações pelo que convém à campanha, mas de acordo com os interesses nacionais”

que discutiu com a equipe econômica todas as metas contidas no documento anunciado pelo presidente quinta-feira. Ele disse que os sintomas de desaceleração já eram sentidos há tempos e que a média de aplicação de investimentos de cerca de R\$ 20 bilhões dos últimos quatro anos deve cair para R\$ 12 bilhões nos próximos quatro anos.

— Vamos continuar com o mundo financeiro complicado nos próximos quatro anos. Não temos mais o cenário dos anos 80, quando todas as potências emergentes cresceram e o Brasil perdeu sua chance de crescer — disse.

O coordenador operacional do comitê central, Eduardo Jorge Caldas, não quis comentar as medidas:

— A gente não é governo. Não achamos nem deixamos de achar nada.

Nas conversas políticas com os parlamentares ontem, Fernando Henrique disse que esperava que os Estados Unidos capitaneassem uma ação conjunta dos grandes líderes mundiais para conter a crise e não deixasse a América Latina “a ver navios”.

— Mas, enquanto isso não acontece, não vamos assistir passivamente. Temos que ser firmes e rígidos nos cortes. Vamos mostrar que essas medidas não têm efeito no dia-a-dia do brasileiro, mas é uma sinalização importante para o mercado externo de que este país tem comando — disse o presidente.

Reforma da Previdência é considerada essencial

Ele procurou saber a reação da classe política. Aécio lhe disse que a bancada do PSDB estava solidária, mas agiria de forma independente para decidir os pontos prioritários no Orçamento. Ao anunciar ontem à tarde o novo programa de incentivo às exportações, Fernando Henrique ainda parecia preocupado, apesar de assegurar que a situação está sob controle.

— Acho que saímos do olho do furacão. O Brasil não será a bola da vez — avaliava um assessor do presidente.

Assessores do presidente projetavam ontem os passos do Governo para depois das eleições. A conclusão da refor-

ma da Previdência ainda este ano é considerada essencial, embora a proposta do Governo tenha sido bastante alterada. Mas será a partir dessas regras que o presidente pretende ampliar as mudanças na Previdência, com o projeto elaborado pelo economista André Lara Resende.

O governador do DF, o petista Cristovam Buarque, é um dos poucos representantes da oposição que apóiam uma negociação entre o Governo e a oposição para fazer frente à crise, mas só depois da eleição. Assim como Fernando Henrique, o governador petista não acredita que exista espaço agora para um debate da crise entre os candidatos à Presidência, conforme propôs o candidato do PPS, Ciro Gomes.

— Temos um calendário eleitoral que deve ser respeitado. Depois das eleições, no entanto, se o Lula for eleito, certamente, ele chamará a oposição para conversar — admitiu Cristovam.